

ANÁLISE HISTÓRICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DO MUNICÍPIO DE ITABERABA-BA

Stela Santos Fernandes¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a história da educação de surdos do município de Itaberaba-BA, durante o período de 1992 a 2010, utilizando-se dos conhecimentos da área de políticas públicas (*policy analysis*) e do Ciclo de Política (*policy cycle*). Para discutir tal temática utilizamos os seguintes aportes teóricos: Cavalcanti (2009), Dye (1984) e Roth Deubel (2003). Em face do propósito central deste estudo: a História da Educação de Surdos, a abordagem de pesquisa foi a documental, realizada no Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial (CEAPE). A partir das análises de dados foi possível constatar que a discussão acerca da implantação da Política de Educação de surdos, apresentada, ainda requer a implementação de uma política inclusiva, com vistas a garantir um ensino de qualidade e aprendizagem de todos os alunos de acordo aos princípios da Pedagogia Surda, possibilitando também aos educandos surdos e seus pais o poder de decisão e o acompanhamento das ações políticas, para que os educandos surdos possam também serem os atores sociais de sua própria história.

Palavras-chaves: História, Política, Educação do Surdo.

ABSTRACT

This item aims to analyze the history of deaf education in the municipality of Itaberaba-BA, during the period 1992-2010, using the knowledge of the public policy (*policy analysis*) and Cycle Policy (*policy cycle*). To discuss this issue we use the following theoretical contributions: Cavalcanti (2009), Dye (1984) and Roth Deubel (2003). In view of the central purpose of this study: The History of Deaf Education, the research approach was the documentary, held at the Educational Support Center on Special Education (GPP). From the data analysis it was found that the discussion about the implementation of the Education Policy of the deaf, presented, still requires the implementation of an inclusive policy, in order to ensure quality teaching and learning for all students according to the principles of Deaf Education, also enabling deaf students and their parents the power to decide and the monitoring of policy actions, so that deaf students can also be social actors in their own history.

Keywords: History. Politics. Education of the Deaf.

¹ Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB, Especialista em Psicopedagogia, Política do Planejamento Pedagógico, Neuropsicologia e Libras. Pedagoga. Professora de Educação Infantil do INES – Instituto Nacional de Surdos-RJ. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Mídias e Comunidades Surdas. E-mail:stelafernandes2011@hotmail.com.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la historia de la educación de sordos en el municipio de Itaberaba, BA, durante el período 1992-2010, mediante el conocimiento el área de la política pública (el análisis de políticas) y el ciclo de la política (ciclo de las políticas). Para discutir este tema hemos utilizado las siguientes aportaciones teóricas: Cavalcanti (2009), Dye (1984) y Roth Deubel (2003). Teniendo en cuenta el propósito central de este estudio: La Historia de la Educación de Sordos, el enfoque de la investigación fue el documental, que se celebró en el Centro de Apoyo Educativo en Educación Especial (GPP). A partir del análisis de datos se estableció que la discusión sobre la implementación de la Política de Educación de Sordos, presentado, aún requiere de la implementación de una política de integración, con el fin de garantizar la calidad de la enseñanza y el aprendizaje de todos los estudiantes de acuerdo a principios de la Educación para Sordos, permitiendo también para estudiantes sordos y sus padres el poder de decisión y el seguimiento de las acciones de política, de modo que los estudiantes sordos también pueden ser actores sociales de su propia historia.

Palabras-clave: Historia. Política. Educación de los sordos.

Políticas públicas

As políticas públicas podem ser entendidas através de diferentes definições. A palavra política, na literatura de língua portuguesa e espanhola, é um termo polissêmico utilizado para se referir a uma política de uma empresa privada, assim como também se refere aos aspectos e fenômenos das ações que se dão em torno do Estado que, vão desde a luta entre partidos políticos até um programa de ação do governo.

Em nosso caso, utilizaremos a palavra política pública para se referir à política educacional dos educandos surdos. Por vezes, quando necessário e para não tornar-se repetitivo, suprimiremos a palavra pública. Vale ressaltar que dentro dos próprios governos os termos ações, programas e projetos, podem também ser compreendidos como sendo ou fazendo parte de uma política pública.

Essas políticas são geralmente entendidas como feitas em nome do público quando ela é de responsabilidade de um governo, utilizam-se recursos públicos, relaciona-se com as intenções que determinam as ações de um governo, desenvolvidas por agentes públicos ou não, que têm uma influência na vida de cidadãos. Cavalcanti (2009, p.04) afirma que a Política pública está relacionada com as intenções que determinam as ações de um governo; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como sendo “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

O estudo das políticas públicas de maneira geral permite analisar e entender os resultados bem como o processo pelo qual se deu a sua elaboração (formulação, implementação e avaliação) permite também entender os programas e projetos que fazem parte da mesma e que em muitos casos são elaborados para tentar operacionalizá-la no nível micro. Entre os autores que discutem sobre a análise de política a partir do conceito de ciclo de Política, como um conjunto de três momentos: formulação, implementação e avaliação, também chamados de fases, interligados por laços de realimentação, estão Dye (1992), Roth Deubel, 2006), e Cavalcanti (2009). Segundo os autores da área como Cavalcanti (2007, 2009), Roth Deubel (2003), Rua (s/d), Souza (2005) o processo de implementação pode ser

compreendido através de dois modelos assim intitulados: Modelo de cima para baixo (*Top-Down*) e o Modelo de Baixo para cima (*bottom up*).

Nesse sentido, para Roth Deubel (2003) o Modelo *Top-Down* tem como postulado a hierarquia da autoridade, a racionalização dos recursos, a otimização dos resultados e a separação entre o mundo político (*politics*) e o mundo administrativo (técnico). Em outras palavras, o modelo *top down*, supõe que existe uma radical separação entre a formulação e a implementação. Ou seja, aqueles que elaboram as políticas públicas, não necessariamente são aqueles que a implementam. Já o segundo o Modelo de ‘baixo para cima’ (*Bottom-Up*) enfatiza o envolvimento de burocratas (funcionários públicos sejam eles concursados ou não) que estão no nível mais baixo da cadeia “hierárquica” que implementam as decisões tomadas anteriormente. Nesse modelo, as ações individuais e ou coletivas são vistas como respostas aos problemas não resolvidos no momento da formulação ou, ainda, como escolhas entre alternativas capazes de superar os *déficits* ocorridos durante esse momento. Ele é visto como sendo um processo mais democrático e participativo. Nesta pesquisa a utilização do modelo EAn, tem como objetivo analisar como se deu a constituição (formulação) da política de educação dos surdos, para compreender seus resultados.

Pesquisa documental

Este estudo foi focalizado no Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial CEAPE, situado no município de Itaberaba no estado da Bahia, onde foi realizado o início do processo de educação dos surdos. A escolha da pesquisa documental justifica-se pela necessidade de analisar a história da educação de surdos do município de Itaberaba-BA, durante o período de 1992 a 2010, utilizando-se do Ciclo de Política (*policy cycle*) e os conhecimentos da área de políticas públicas (*policy analysis*). Os resultados aqui contidos foram coletados em abril de 2011, no acervo documental do CEAPE tais como: Livro de Atas, registro de trabalhos desenvolvidos nas escolas da rede regular, Projeto Político Pedagógico (PPP) (em construção), proposta de regimento interno e proposta curricular (em construção) foi possível fazer o resgate desta história que se iniciou no ano de 1992.

A história da educação de surdos no município de Itaberaba-Ba

O atendimento das pessoas com surdez no município de Itaberaba surgiu através do Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial (CEAPE) que foi inicialmente criado com o nome de Escola Especial Novo Mundo. Esse Centro, atualmente sob responsabilidade do setor público municipal, foi fundado com o objetivo de oferecer atendimento especializado às pessoas com deficiência, oportunizando o desenvolvimento das inteligências múltiplas em seus aspectos físicos, sociais, psicológicos e intelectuais, promovendo a inclusão dos alunos surdos na rede regular de ensino e a capacitação dos profissionais envolvidos com a inclusão.

Por carência de uma política educacional abrangente para pessoas com deficiência, em 1992 a partir da iniciativa de mães de crianças com deficiência, de uma professora, de uma assistente social e de um juiz da vara da infância (que viabilizou a concessão para funcionamento da instituição) nasceu a Escola Especial Novo Mundo que iniciou o seu funcionamento na Casa do Menor.

Essa escola tinha como objetivo atender às crianças com surdez e com déficit intelectual que não eram atendidas na rede regular de ensino e iniciou suas atividades por

meio do trabalho voluntário da referida professora, atendendo a 05 (cinco) educandos. Logo após o número de alunos foi ampliado para 22 (vinte e dois). A falta de recursos financeiros e materiais didáticos eram amenizados pelo compromisso, empenho e criatividade da referida professora que contou também com o apoio voluntário de uma assistente social, uma psicóloga e professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e uma professora de Ensino Fundamental da Rede Estadual do Município. Nesse período a Escola Especial Novo Mundo tinha como entidade mantenedora a Casa do Menor e recebia contribuições de alguns voluntários. Somente a partir do ano de 1994, a escola foi assumida pela Secretaria de Educação do município de Itaberaba de maneira simbólica à qual também contratou a professora que trabalhava voluntariamente.

Por volta de 1996 a professora voluntária (contratada pela secretaria) é demitida pela Secretária Municipal de Educação por questões de ordem política ou pessoal (situação esta não explicitada e, portanto, não identificáveis concretamente) e até mesmo, proibida de frequentar a Escola. Após sua demissão, outras duas professoras do município e uma coordenadora pedagógica, sem conhecimento na área de Educação Especial, foram incorporadas à escola. E assim, começaram a desenvolver atividades que visavam a alfabetização para todos os alunos com deficiência de maneira homogênea sem considerar as devidas especificidades.

Durante o período de 1992 a 2000 não existiam políticas claras no município em relação à educação das pessoas com deficiência, embora em âmbito nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 tenha sido um marco importante do tema da inclusão no Brasil para a elaboração de políticas públicas. Mesmo havendo, nesse período, um Chefe de Departamento de Educação Especial na Secretaria de Educação Municipal, este sempre era deslocado para outras funções que não tinha relação direta com as ações voltadas a educação especial.

Porém, a partir do ano de 2001, com a nova gestão municipal, a educação voltada para pessoas com deficiência toma um rumo original. Na Secretaria Municipal de Educação o Departamento de Educação Especial (até então não havia uma gerência específica) é assumido por um pedagogo que possui uma deficiência física e um olhar diferenciado para a educação especial. Ele iniciou seus trabalhos com uma campanha de matrícula para atendimento educacional de pessoas com deficiência. A partir deste período, também é realizada uma mudança importante no que diz respeito ao agrupamento dos educandos matriculados, que inicialmente não tinha um critério, mas, de agora em diante as turmas passam a ser organizadas de acordo a deficiência e o nível de aprendizagem. A educação dos surdos passa a ser realizada por um professor ouvinte que aprendeu Libras em um curso básico, (demonstrava disposição para continuar pesquisando e aprendendo já que no município não existia profissionais com tal especialização). Dessa forma, a educação de surdo, tinha como principal foco a alfabetização em Língua de Sinais.

Então, no ano de 2004, foi elaborado pelos profissionais da Escola Especial Novo Mundo o Projeto Passos para a Inclusão, que visa o oferecimento de cursos para professores da rede regular de ensino e são incluídos 06 (seis) surdos na rede regular de ensino, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, numa mesma sala de Aceleração I Estágio I² com apoio do interprete³. Ao final do ano de 2004 a gestora da referida Escola Especial Novo Mundo se reuniu com o seu colegiado para discutir a proposta de transformar a escola em um centro de apoio à escola regular e assegurar a capacitação dos professores, funcionando num espaço próprio; salientando, assim a importância dos valores culturais, éticos e morais e o respeito à diversidade da Educação para todos em um único sistema de ensino.

Infelizmente, as dificuldades foram aumentando. Dificuldades estas que ocasionou no

² Modalidade de educação que visa oferecer duas séries em um mesmo ano.

³ Interprete: tradutor da língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

pedido de demissão de duas professoras contratadas (não concursadas) para o atendimento especializado aos alunos com deficiência visual e surdez. Tendo em vista que seria uma grande perda para as atividades desenvolvidas pela escola, a diretora solicita a Secretaria de Educação um pedido de intervenção com relação ao desligamento dessas professoras, e como não obteve resposta satisfatória, os educandos surdos não puderam dar continuidade ao processo de escolarização na rede regular porque não teve professor intérprete.

Em novembro de 2005, houve uma reunião na Escola Municipal de Educação Especial Novo Mundo com a participação do gestor municipal, o seu assessor, o Secretário de Obras, o arquiteto do município, os funcionários da escola, uma mãe representando os pais e duas ex-funcionárias professoras de Orientação e Mobilidade e de Libras representantes da Associação Social Civil de Interesse Público Itaberabense das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e Amigos (ASSIP-PPNE), associação esta que provocou o Ministério Público para tentar sanar os problemas advindos das más condições estruturais da escola em atender as especificidades da área de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Após tamanha mobilização por parte da sociedade itaberabense, a promotora na época, convocou o gestor municipal (na figura do prefeito) tendo como pauta as condições da Escola de Educação Especial Novo Mundo e apontando para a necessidade de intervenção em relação à melhoria do seu funcionamento, dentre as quais estavam: adaptações no espaço físico; a formação de profissionais em educação especial, a normalização do pagamento das duas professoras contratadas que pediram demissão e várias outras necessidades. Infelizmente o gestor deu algumas justificativas ‘oportunas’, explicando que tomaria as devidas providências juntamente com a Secretária Municipal de Educação para que, coletivamente, pudessem resolver os problemas acima apontados. Porém, a única decisão tomada de imediato foi com relação às adaptações do espaço físico.

Em março de 2006 a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) realiza parceria com a Escola de Educação Especial Novo Mundo através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Diversidade (NEPED). A partir desse momento, esse Núcleo passa a oferecer cursos de formação continuada para os professores (Braille, Libras, Orientação e Mobilidade e outras áreas). Onde foi possível uma troca bastante profícua entre profissionais da Escola e os professores da UNEB fundadores do núcleo. De tal forma que os professores da escola foram em determinados momentos alunos dos cursos e em outros formadores.

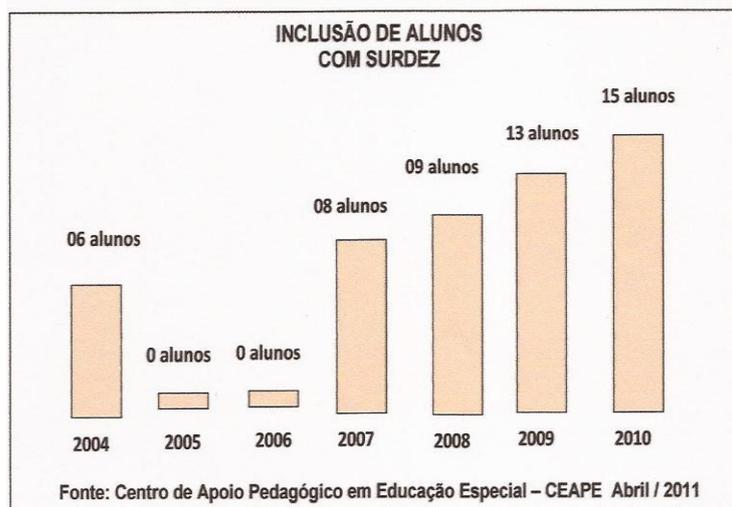
Outro marco importante para a implementação de ações (políticas públicas) para a Inclusão data de abril de 2006, quando acontece uma reunião de pais solicitada pelos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em que são convocados: o coordenador da ASSIPI-PPNE e Amigos, o Ministério Público, a Secretária Municipal de Educação e Cultura e funcionários (reapresentada pela coordenadora do CMDCA) apontando para a necessidade da alteração da então Escola Especial Novo Mundo para Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial (CEAPE).

Agora, já Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial (CEAPE), no ano de 2007, os profissionais se reúnem para realizar o planejamento da proposta de inclusão através da matrícula de 08 alunos surdos em duas escolas da rede regular com o acompanhamento de duas intérpretes. Quanto ao oferecimento de cursos para a formação continuada das intérpretes, não existe registro, levando-nos a pensar que deve ter ocorrido por conta das profissionais. 2008 mais um aluno é incluído totalizando um número de 09 alunos surdos.

No ano de 2009, mais quatro alunos surdos são incluídos totalizando um número de 13 alunos surdos. Oficialmente ocorre a transformação da Escola Especial Novo Mundo em Centro de Apoio Pedagógico Especializado (CEAPE), ao ser questionada pelos próprios profissionais do centro e pela sociedade civil, pois a mudança foi feita apenas através de uma Resolução do CMDCA. E assim, após pressão sofrida, a prefeitura do município de Itaberaba,

através do Decreto do Poder Executivo Municipal nº 201 de 10 de agosto de 2009, transforma a Escola Especial Novo Mundo, oficialmente em Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial (CEAPE) da rede municipal de ensino. Assim a Secretaria Municipal de Educação passa a promover e decidir a respeito da política pública de educação dos surdos.

Gráfico 1: Número de alunos com surdez incluídos na rede regular de ensino do município de Itaberaba, no período de 2004 á 2010.



Análise documental

A análise da educação de surdos, numa perspectiva da política pública nos revela um aspecto importante em relação à pressão exercida pela sociedade civil e funcionários na implantação inicialmente da Escola Especial Novo Mundo e posteriormente do CEAPE, não só em relação ao atendimento a educação de surdos, mas, como atores sociais importantes, capazes de exigirem do órgão gestor providências em relação à organização do espaço, a formação dos profissionais e a própria inclusão dos surdos na rede regular de ensino. Onde se identifica realmente que a educação de surdos, de acordo com os teóricos da área de Política Pública indica, a formulação como primeira etapa do ciclo de política, ocorreu de acordo ao modelo *bottom up* (de baixo pra cima). Inclusive, isto fica muito claro em relação ao processo de implantação da Escola Especial Novo Mundo que surge a partir da iniciativa da sociedade civil, em que se identifica a participação inicial da professora de Psicologia da UNEB, e posteriormente com a criação do NEPED, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Diversidade (NEPED), que realiza uma importante parceria com os professores.

Durante o período de 1992 a 2000 não existiam políticas claras no município em relação à educação de surdos. Essa triste realidade nos remete as questões de ordem da *politics* (jogo político, disputa de poder etc.) de um determinado poder público local. Ou seja, nos remete à questão que reflete a realidade no que se refere aos “interesses” daqueles que estão no poder e que são mais preocupados em satisfazer às necessidades próprias através de

relações pessoais e particulares (patrimonialismo)⁴ do que em atender aos interesses (demanda) da sociedade civil, retratado quando a professora voluntária (contratada pela secretaria) é demitida pela Secretária Municipal de Educação por questões de ordem política ou pessoal. Outra ação que evidencia o patrimonialismo, é que mesmo havendo, nesse período, um Chefe de Departamento de Educação Especial na Secretaria de Educação Municipal, este sempre era deslocado para outras funções que não tinha relação direta com as ações voltadas a educação especial.

Posteriormente, no período de 2002 a 2009 a SMED não possuía um setor específico na área de Educação Especial e isso reafirma mais ainda a pouca importância dada ao longo dos anos à educação de surdos, principalmente se considerarmos, que nesse período de 2002 a 2010 há dispositivos legais sobre o tema. Entretanto, quando se trata da gestão pública municipal, a educação de surdos não é um tema que gere preocupação, como se percebe através dos resultados da primeira tentativa de inclusão dos surdos em 2004, que ocasiona em retorno dos educandos surdos ao CEAPE no ano seguinte, por falta de intérprete e de professor de Atendimento Educacional Especializado.

Somente em 2007, que os educandos surdos são incluídos novamente a partir da iniciativa dos profissionais do CEAPE, com o apoio da sociedade civil organizada representada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a ASSIPI-PPNE e Amigos, e a intervenção do Ministério Público, com a preocupação de possibilitar aos surdos o acesso à escolarização já que até então o CEAPE havia oferecido a alfabetização em LIBRAS. A educação de surdos continua sendo formulada de acordo ao modelo *bottom up* (de baixo pra cima).

A partir de 2009, o governo resolve atender as necessidades dos profissionais do CEAPE, no sentido de oficializar através de Decreto o seu funcionamento tendo em vista a mudança da Escola Especial Novo Mundo para o CEAPE, e deste momento em diante a Secretaria Municipal de Educação passa a decidir a respeito da educação dos surdos, sem levar em consideração a participação dos profissionais e pais dos educandos e os próprios surdos quando resolve oferecer o AEE apenas na rede regular. Segundo Roth Deubel (2003) esta prática se caracteriza pelo Modelo *Top-Down que* tem como postulado a separação entre o mundo político (*politics*) e o mundo administrativo (técnico). Ou seja, o poder de decisão passa ser apenas da Secretaria de Educação.

Para Ham e Hil (1993, p.35), “a análise de políticas interessa-se tanto pela promoção da compreensão da política e do processo de elaboração de políticas quanto por descrever como políticas podem ser melhoradas”. Nesta perspectiva, o ponto de partida para análise da política é a descrição de como ocorreu o processo de formulação que se caracteriza pela tomada de decisão e por “aquilo que será abarcado como sendo necessário para a solução de determinado problema”. Isso posto, deve destacar que para um mesmo problema pode haver várias soluções, e cada solução pode ser defendida por um determinado ator social ou por alguns deles. A partir dessa premissa, é possível então entender quais as soluções possíveis, quais atores participaram desse processo e qual deles teve “a sua solução” atendida e transformada em uma política pública.

Em um primeiro momento, a política é formulada, concebida pelos tomadores de decisão, sejam eles do governo ou não. Cada política possui características próprias em seu processo. Segundo a literatura, no âmbito do processo decisório, deveria ocorrer um diagnóstico, através dessas informações disponíveis sobre o tema. A partir desse momento, a

⁴ O patrimonialismo brasileiro enquanto uma prática social não efetua a fundamental diferença entre a esfera pública e a privada na vida política. Uma prática presente na gestão pública (poder público) que visa ao interesse público e há o predomínio de práticas clientelistas. Existência do nepotismo: trinômio status-parentesco-favoritismo de alguém próximo e pessoal. Cf.: FORTES, Erasto.

formulação tem como objetivo estabelecer quais e como serão as melhores opções para solucionar o problema, dando a “forma da política pública” para que depois seja implementado. Esse processo, entretanto, pode ser através de Modelo Racional ou através do Modelo Incremental.

O Modelo Racional, também denominado de Modelo Racional Compreensivo, parte do princípio de que é possível conhecer o problema de política da maneira mais abrangente possível e de tal forma que se possam tomar decisões a respeito de políticas públicas de cunho técnico e de grande impacto.

[...] neste modelo de tomada de decisão, os decisores estabelecem quais os valores a serem maximizados e quais as alternativas que melhor poderão maximizá-los. A seleção da alternativa a ser adotada é feita a partir de uma análise abrangente e detalhada de cada alternativa e suas consequências (RUA, s/d, p.09).

Modelo incremental consiste no ajuste mútuo entre os atores sociais que possuem o poder de barganha, influência e poder nesse processo. O modelo incremental, portanto, significa tentar resolver problemas de maneira gradual, sem provocar rupturas políticas nem gerar grandes modificações.

[...] em vez de especificar objetivos e de avaliar que decisões podem atender a esses objetivos, os tomadores de decisão escolhem as alternativas mediante a comparação de alternativas específicas e da estimativa de quais dessas alternativas poderão melhor produzir os resultados esperados. Assim, a melhor decisão não é aquela que maximiza os valores e objetivos dos tomadores de decisão, mas aquela que assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos (RUA, S/d, p.08).

Após o processo de formulação da política, o próximo momento deveria ser da implementação da política. Nele, são colocadas em prática as ações (tudo que envolve a política em questão) que permitirão o alcance dos objetivos propostos no processo de formulação. Segundo Cavalcanti (2009, p.07),

A modelização proposta pelo EAn, depois de a política ser formulada pelos fazedores da política (*policy makers*), inicia-se a sua implementação, mediante os órgãos e mecanismos existentes ou especialmente criados, pelos burocratas ou funcionários públicos. Dependendo do grau em que estão definidas as metas, recursos, prazos etc. da política, e do poder político da população alvo, eles exercem seu poder delegado pelo Estado.

Conforme o exposto, durante o processo de apresentação da pesquisa, percebeu-se que a política pública de formação de professores do município de Itaberaba, de caráter incremental, não se apropria de uma compreensão de formação continuada quanto aos novos paradigmas voltados à concepção interativa reflexiva do movimento de pesquisa-reflexão-ação. Ao utilizarmos o conhecimento acerca do processo de decisão e elaboração de políticas públicas (*policy cycle*), podemos afirmar que a Política Pública municipal de formação de professor assume um caráter incremental, pois incrementa a proposta do CEAPE. De acordo com Cavalcanti (2009; p.18), “neste modelo a decisão mais adequada é aquela que assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos”.

Considerações finais

Ao se pensar em tratar da temática acolhida nesse estudo – Análise Histórica da Política Pública de Educação de Surdos, o propósito foi dialogar acerca da Educação como Política Pública e abordar a educação como política social. Ao utilizarmos o conhecimento acerca do processo de decisão e elaboração de políticas públicas (*policy cycle*) podemos afirmar que a Política Pública municipal de educação de surdos durante a maior parte da história assume um caráter incremental, pois incrementa a proposta do CEAPE. Segundo Cavalcanti (2009; p.18) “neste modelo a decisão mais adequada é aquela que assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos”. Outro fator importante é o movimento que surge no Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial CEAPE, em que se destaca a importância dos profissionais, enquanto atores sociais e articuladores na *politics* (jogo político) e na formulação de *public policy* (política pública) da Educação Inclusiva. Porém, a partir do ano 2009, momento que a Secretaria de Educação assume a política de educação dos surdos, e efetiva algumas mudanças no CEAPE não existem registros de que o ciclo seja preenchido por ações de implementação e avaliação da política até então implantada.

Desta forma, a discussão acerca da implantação da Política de Educação de surdos, apresentada, ainda requer a implementação de uma política inclusiva, com vistas a garantir um ensino de qualidade e aprendizagem de todos os alunos de acordo aos princípios da Pedagogia Surda, possibilitando também aos educandos surdos e seus pais o poder de decisão e o acompanhamento das ações políticas, para que os educandos surdos possam também serem os atores sociais de sua própria história. Como pode ser visto muitas mudanças ocorreram durante o processo de implantação da proposta de inclusão dos alunos surdos na rede regular de ensino, período este, estabelecido para análise da pesquisa – 2002 a 2010. Assim, a cada nova liderança política no governo municipal, também se pode observar que se inicia um novo ciclo da política. Ou seja, é como se partisse sempre do zero. Sempre um novo recomeço e, em muitos casos, como se nada tivesse sido feito anteriormente.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas**: uma contribuição para a área educacional. 2007. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: UNICAMP, 2007.
- DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice-Hall, 1984.
- DEUBEL, Roth André-Noel. **Políticas Públicas: Formulación, Implementación y Evaluación**. Ediciones Aurora, Bogotá, D. C, Septiembre de 2003.
- HAM, C.; HILL M. **The policy process in the modern capitalist state**. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- RUA, M. Das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. S/D.